



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO ROMPIMENTO
DA BARRAGEM DE BRUMADINHO**

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2019

(Do Sr. Diego Andrade)

Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre os impactos da tragédia de Brumadinho no abastecimento de água e no tratamento de esgoto na região metropolitana de Belo Horizonte e na bacia do rio Paraopeba.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 36, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiero que seja realizada audiência pública, com a presença dos convidados abaixo indicados, para debater sobre os impactos da tragédia de Brumadinho no estado de Minas Gerais.

- Sr. Elias Diniz – Prefeito de Pará de Minas – MG;
- Sr. Jurandir Barroso dos Santos – Prefeito de Juatuba – MG;
- Sr. Avimar de Melo Barcelos – Prefeito de Brumadinho – MG;
- Sr. Otoni Alves de Oliveira Melo – Prefeito de Florestal – MG;
- Vereador Lucas Martins – São José da Varginha – MG;
- Representante da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA).

JUSTIFICATIVA

CD193571410946

No dia 25 de janeiro de 2019, a barragem 1 da Mina do Córrego do Feijão, de propriedade empresa Vale S.A., no município de Brumadinho, região metropolitana de Belo Horizonte, rompeu, liberando 13 milhões de m³ de rejeitos. Até o presente momento, ao completar dois meses, a tragédia de Brumadinho resultou na morte de 225 pessoas, restando ainda 68 pessoas desaparecidas, tendo destruído 133 hectares de vegetação nativa da Mata Atlântica e 71 hectares de Áreas de Proteção Permanente (APP) ao longo dos cursos d'água afetados pelos rejeitos.

A lama de rejeitos que vazou da Barragem 1 da Mina do Córrego do Feijão teve um efeito devastador sobre a bacia do rio Paraopeba, um dos importantes afluentes do rio São Francisco e que garante o abastecimento de 2,3 milhões de pessoas, incluindo habitantes da região metropolitana de Belo Horizonte. De acordo com a representante da Fundação SOS Mata Atlântica, Malu Ribeiro, o rio Paraopeba tornou-se um “rio morto”, “sem condição de vida aquática e do uso da água pela população”.

Além disso, a destruição ambiental provocada pela lama de rejeitos na Bacia do Paraopeba tem outro agravante: o risco de proliferação de vetores de doenças, incluindo o mosquito *Aedes Aegypti*, transmissor da dengue, zika, chikungunya e febre amarela.

Expedição organizada pela Fundação SOS Mata Atlântica percorreu 2 mil quilômetros de estrada, ao longo de 21 municípios, para analisar a qualidade da água em 305 quilômetros do rio Paraopeba, afetados pelo rompimento da barragem da Vale. De acordo com relatório apresentado pela expedição, a lama de rejeitos provocou um rastro de destruição ao longo do manancial, elevando o nível de metais pesados na água, que ficou imprópria para o consumo.

Em face do exposto, consideramos de suma importância a realização da audiência pública ora solicitada, no âmbito da apuração de responsabilidades da tragédia a cargo desta CPI, de forma a conhecer os impactos do rompimento da barragem na bacia do rio Paraopeba, bem como os riscos impostos à população afetada.

Sala de reuniões, 06 de maio de 2019.

DIEGO ANDRADE – PSD/MG
Deputado Federal

CD193571410946